

# INFORME ORÇAMENTAL

## EDUCAÇÃO 2018

### PRINCIPAIS MENSAGENS

1

Foram alocados ao Sector da Educação MT 52,0 mil milhões no Orçamento do Estado de 2018. Em termos nominais, trata-se de um aumento, mas em termos reais é uma redução relativamente à despesa do ano transacto. Em termos proporcionais, o orçamento Sector da Educação representa 17,2 por cento de todo o Orçamento do Estado de 2018, ou 22,4 por cento do Orçamento do Estado menos as operações financeiras e o serviço da dívida, os quais representam um decréscimo relativamente ao ano passado. O orçamento do Sector da Educação representa 5,2 por cento do PIB projectado para 2018, que também constitui uma redução relativamente ao peso proporcional da despesa do sector da educação do ano transacto em relação ao PIB. Moçambique ainda gasta mais na educação como percentagem do total da despesa do governo e do PIB comparativamente à média dos Países de Baixa Renda e da África Subsaariana.

2

O Sector da Educação é composto por duas partes: “Ensino Geral,” que inclui o ensino primário e secundário e está sob a responsabilidade do MINEDH; e o “Ensino Superior,” que inclui o ensino terciário e o ensino técnico profissional e está sob a tutela do MCTESTP. Ao longo da última década, o Ensino Geral representou uma média de 85 por cento do total do orçamento da educação e a média do ensino superior foi de 15 por cento.

3

Ao longo da última década, o Sector da Educação tornou-se cada vez mais auto-suficiente, à medida que Moçambique aumenta, de forma constante, o peso do financiamento interno ao sector. Contudo, a partir de 2015, o peso dos recursos internos diminuiu, incluindo no orçamento de 2018. Isto deve-se ao aumento do financiamento dos doadores externos ao nível provincial e distrital, assim como à depreciação da moeda local em relação às moedas dos doadores.

4

O rácio investimento por despesa de funcionamento está orçamentado em 17%:83% em 2018, mas em 2008 situava-se em 40%:60%. A grande redução registada no peso do investimento no orçamento da educação ao longo da década passada deve-se à redução em termos reais do financiamento ao investimento pelos doadores, bem como ao crescimento acelerado da despesa corrente, nomeadamente com salários e remunerações.

5

Embora o Sector da Educação tenha atingido a maior parte das suas metas do PES e os marcos do PQG referentes a 2017, Moçambique ainda tem um longo caminho a percorrer para satisfazer os seus objectivos do PGQ 2009 relacionados com a educação e para atingir o Objectivo 4 dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS).

6

Persistem grandes diferenças no financiamento por aluno em todas as províncias. Registam-se diferenças notórias na dimensão dos sistemas de educação e no financiamento por aluno entre certas províncias do norte e do sul e entre as menos financiadas e as mais financiadas.



## Como se Define o Sector da Educação?

O Sector da Educação é composto por duas partes: “Ensino Geral,” que se refere ao ensino primário e secundário, e o “Ensino Superior,” que se refere ao ensino terciário, juntamente com o ensino técnico profissional. Conforme a definição da Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO), e conforme organizado na Lei do Orçamento do Estado (LOE), nos Relatórios de Execução do Orçamento (REO) e na Conta Geral do Estado (CGE)<sup>2</sup>, o Sector da Educação está dividido em duas categorias: Ensino Geral e Ensino Superior. O segmento do “Ensino Geral” do sector é administrado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e inclui todas as instituições de ensino com uma Unidade de Gestão de Beneficiários (UGB) de 50. O “Ensino Geral” diz respeito ao ensino primário e secundário, assim como ao ensino à distância, bolsas de estudo e bibliotecas, entre outros tópicos. Por outro lado, o “Ensino Superior” é administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) e inclui as instituições de ensino com uma UGB de 52. O “Ensino Superior” diz respeito às universidades do país, institutos de ensino superior, institutos de formação de professores, bem como programas do ensino técnico profissional (ETP).

O Sector da Educação é gerido aos níveis central, provincial e distrital do governo, mas não ao nível municipal<sup>3</sup>. Ao nível central (ou ‘nacional’), o sector é tutelado pelo MINEDH e MCTESTP; ao nível provincial, é gerido pelas respectivas Direcções Provinciais de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH) e pelas Delegações Provinciais da Ciência e Tecnologia (DPCT); ao nível distrital é gerido pelos respectivos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT).

Em 2018, o Sector da Educação acrescentou três novas unidades de gestão de beneficiários autónomas à composição do seu sector.

Estes três novos acréscimos foram os SDEJT na província de Gaza ao nível distrital. Em 2017, o Sector da Educação acrescentou 7 UGB e em 2016 acrescentou 24. Nos anos anteriores, a maioria das novas UGB na educação eram os SDEJT a nível distrital; porém, foram acrescentadas várias novas UGB ao nível central e provincial, separando o seu orçamento do MINEDH ou do MCTESTP, adicionando uma instituição de um sector diferente ou através da criação de uma nova instituição de ensino. Ao nível central, ainda existem várias instituições de ensino subordinadas e patrocinadas, cujos orçamentos estão concentrados nos orçamentos do MINEDH e do MCTESTP<sup>4</sup>; devem ser atribuídas UGB a estas instituições com vista a melhorar a utilização transparente e responsável de fundos públicos. Com os três acréscimos em 2018, o Sector da Educação possui actualmente 213 unidades de gestão de beneficiários.

O Sector da Educação é um de sete sectores prioritários da agenda do Governo de Moçambique para o alívio à pobreza e o desenvolvimento nacional. A planificação do sector é guiada pelo Plano Estratégico da Educação 2012-2019 (PEE)<sup>5</sup>. O PEE prioriza (i) o acesso ao ensino primário de qualidade e (ii) uma maior atenção ao desenvolvimento da primeira infância. Além das duas prioridades principais, a estratégia da Educação também destaca o ensino pós-primário para o desenvolvimento económico; a diversificação do currículo escolar; a introdução de tecnologia no ensino; a boa governação dos recursos da educação; e a melhor gestão das instituições e sistemas de ensino a nível distrital<sup>6</sup>. Quando o PEE foi prorrogado do seu prazo de implementação inicial de 2012-2016 para 2012-2019, tinha como objectivo específico “melhorar o aproveitamento do ensino primário a curto e médio prazos”.

1. Favor notar: Toda a análise foi levada a cabo com informação disponível ao público. Nos casos em que foram registadas limitações, são feitas notas no texto. Existem algumas pequenas discrepâncias entre os totais apresentados em Informes Orçamentais anteriores e os apresentados na edição de 2018. Quando as fontes de dados foram actualizadas, o UNICEF reviu os seus cálculos. Os pontos de vista manifestados no presente informe são os do autor e não representam necessariamente os do UNICEF Moçambique.

2. Ver o Mapa III-3 no REO (Relatório de Execução do Orçamento) e o Mapa I-1-1 ou o Mapa I-1-2 na CGE (Conta Geral do Estado).

3. É de realçar que estão a decorrer discussões para a transferência da gestão do ensino primário para os municípios, em conformidade com o Decreto 33/2006.

4. Sob a responsabilidade do MINEDH, incluem: Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), Conselho de Exames, Certificações e Equivalência (CNECE); Instituto de Ensino à Distância Aberto (IEDA) e a Escola Internacional de Maputo (EIM). Sob a responsabilidade do MCTESTP, incluem: Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia (ENPCT), Instituto de Investigação da Água (IIA), Centro de Pesquisa e Transferência Tecnológica para o Desenvolvimento Comunitário (CITT) e a Rede Nacional de Tecnologia e Inovação (RNTI).

5. O período de implementação do PEE foi inicialmente 2012-2016; contudo, em 2016 este período foi alargado até 2019.

6. MINEDH. Plano Estratégico da Educação (PEE) 2012-2016. Página 35.



## Que Tendências Emergem do Orçamento da Educação?

Para entender as tendências no orçamento de Moçambique, devem ser tomadas em consideração três medidas distintas: (i) “dotação inicial”, que se refere às dotações orçamentais aprovadas pelo Parlamento na Lei do Orçamento; (ii) “dotação actualizada”, que se refere às dotações orçamentais do fim do ano fiscal ajustadas às receitas reais, prioridades do governo ajustadas, níveis de execução, etc. e (iii) “realização”, que se refere ao valor do orçamento que é gasto.

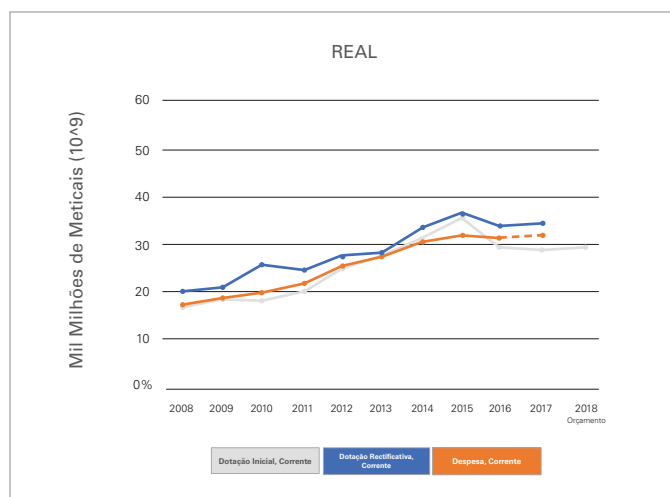
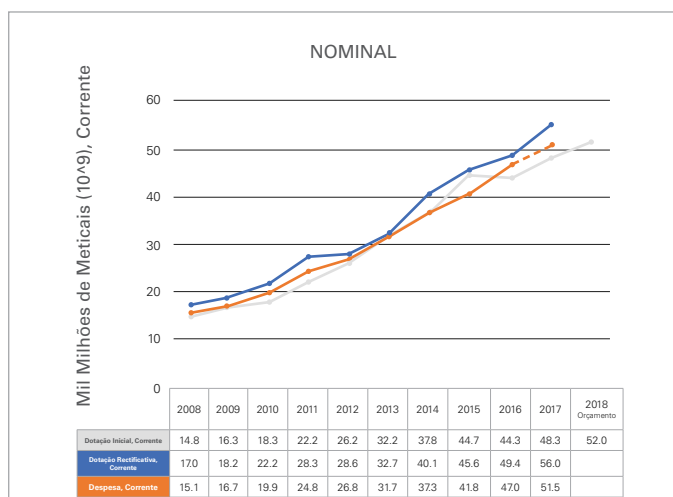
### Total do Orçamento do Sector da Educação

**Foram atribuídos ao Sector da Educação MT 52,0 mil milhões (US\$ 862,8 milhões<sup>7</sup>) no Orçamento do Estado de 2018. Trata-se de um aumento em termos nominais, mas uma redução em termos reais relativamente à despesa do ano transacto (ver a Figura #1A e B).**

Em termos nominais, a dotação inicial de 2018 ao sector da educação revela um aumento de 8 por cento relativamente ao orçamento de 2017 e um aumento de 1 por cento relativamente à despesa do sector em 2017. Em termos reais, a dotação inicial de 2018 representa praticamente a mesma dotação inicial que de 2017 e uma redução de 1 por cento relativamente à execução de 2017. Em termos históricos, a dotação inicial de 2018 ao sector da educação é a maior dotação nominal de sempre, mas a quarta maior dotação real depois de 2015, 2014 e 2016, por ordem decrescente.

**Em termos proporcionais, o orçamento do Sector da Educação representa 17,2 por cento de todo o Orçamento do Estado de 2018, ou 22,4 por cento do Orçamento do Estado menos as operações financeiras e o serviço da dívida. Trata-se de uma redução relativamente ao peso proporcional da despesa da educação do ano transacto em relação ao total da despesa do governo (ver a Figura #2A).** O peso do sector pode ser calculado de uma de duas maneiras: (i) com o total do Orçamento do Estado ou a despesa do governo no denominador ou (ii) com o total do Orçamento do Estado ou da despesa do governo menos as operações financeiras e o serviço da dívida no denominador. O Governo de Moçambique (GdM) emprega este último método. O presente relatório descreve os dois métodos, uma vez que o primeiro é uma melhor medida de avaliação comparativa com os países da região e pares de Moçambique em termos de renda. Entre 2008 e 2014, o peso dos gastos do Sector da Educação em relação ao total da execução do governo reduziu de 21,7 por cento em 2008 para 16,4 por cento em 2014; posteriormente, em 2015 e 2016, o sector cresceu para 20,9 e 22,4 por cento, respectivamente; por último, em 2017 a despesa caiu para 18,9 por cento e foi orçamentada em 17,2 por cento em 2018. Por outras palavras, além de 2015, o crescimento real da despesa do governo ultrapassou o crescimento real da despesa da educação.

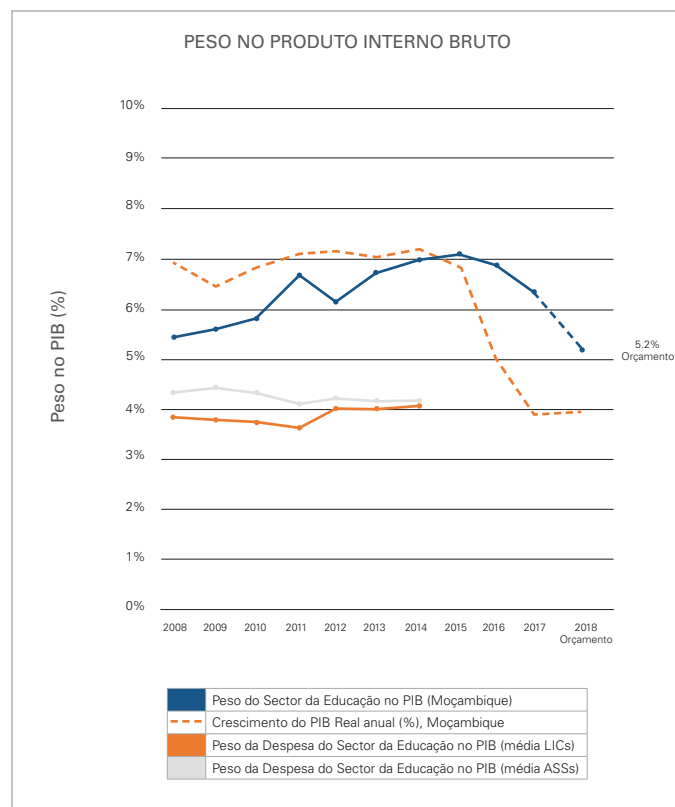
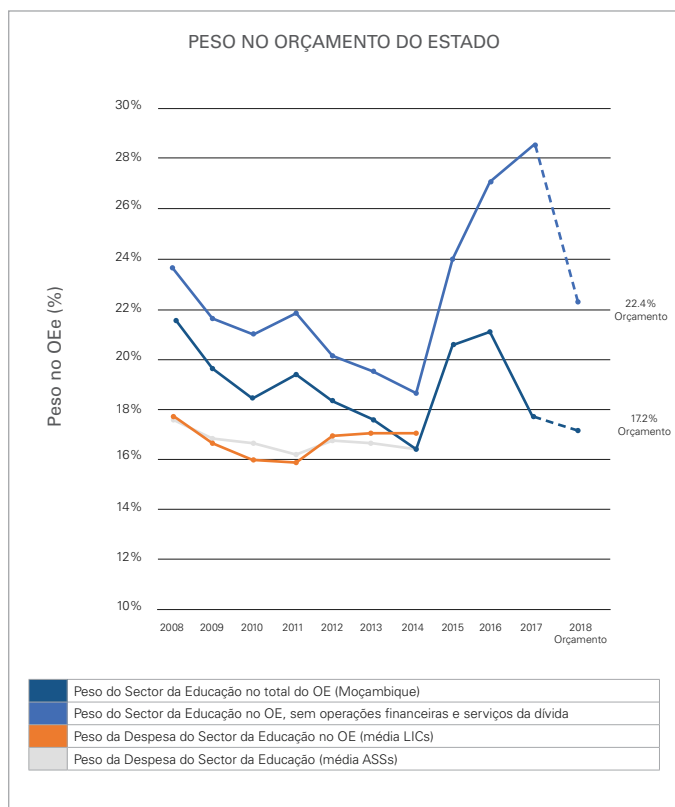
**FIGURA 1A e B** Orçamentação e Despesa do Sector da Educação



Fonte: Cálculos do autor da CGE 2008-2016, REO IV 2017, LOE 2018. Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial: Índice de Preços no Consumidor (2010 = 100). Ponto de dados ajustados pela inflação para 2017 com base no INE, “Índice de Preços no Consumidor, Dezembro de 2017” e ponto de dados para 2018 com base na LOE 2017 Documento da Fundamentação.

Nota: Os números representam todo o Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). (\*) Para 2011, a CGE apresenta o total da execução do Sector da Educação em MT 14,7 mil milhões; no entanto, os totais sectoriais revistos para 2011, que incluem a execução a nível dos SDEJT, indicam o total em MT 24,8 mil milhões. Este total da despesa revisto será usado para representar a execução da educação de 2011 para o resto do relatório. (\*\*) No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2017 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é possível que o total da despesa seja ligeiramente maior do que o apresentado. (\*\*\*) Embora os anos 2008-2017 apresentem números referentes à despesa, 2018 é a dotação inicial do orçamento.

7. Cálculo do autor com base na média da taxa de câmbio de 2018 na altura da elaboração do presente relatório, 1 USD = 60, Metical.



Fonte: Cálculos do autor da CGE 2008-2016; REO IV 2017; LOE 2018. Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial : Despesa do governo com a educação, total (% da despesa do governo); Despesa do governo com a educação, total (% of GDP).

Nota: Os números representam todo o Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). (\*) LIC e ASS são as médias de todos os Países de Baixa Renda e da África Subsaariana para os quais há dados disponíveis. (\*\*) No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2017 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é possível que o total da despesa seja ligeiramente maior do que o apresentado. (\*\*\*)As percentagens de 2018 são dotações iniciais do

O orçamento do Sector da Educação representa 5,2 por cento da projecção do PIB. Trata-se de uma redução relativamente ao peso proporcional da despesa da educação do ano passado em relação ao PIB (ver a Figura #2B). Entre 2008 e 2014, o peso da execução do Sector da Educação em relação ao produto interno bruto (PIB) aumentou; contudo, em 2016 e 2017 o peso reduziu, projectando-se que volte a reduzir com o orçamento de 2018. Por outras palavras, de 2008 a 2015, o crescimento real da despesa da educação ultrapassou o crescimento real do PIB; a partir de 2015, o crescimento real do PIB ultrapassou o crescimento real da despesa da educação.

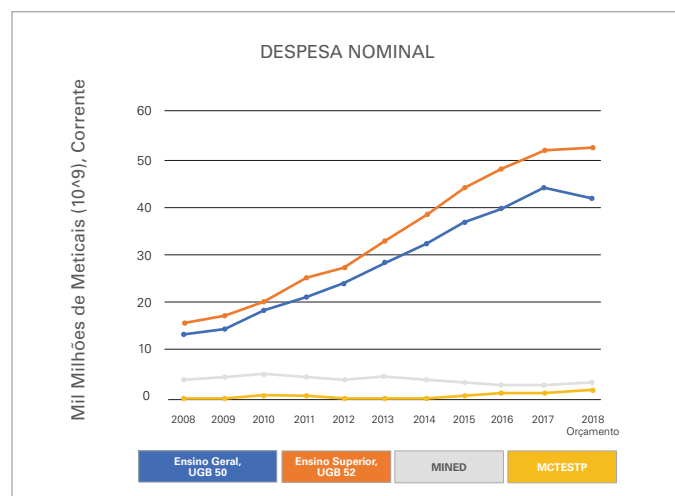
Moçambique gasta mais na educação, como percentagem do total da despesa do governo e do PIB, comparativamente à média dos Países de Baixa Renda e da África Subsaariana (ver a Figura #2A e B). Comparativamente aos seus pares em termos de renda e regionais, Moçambique gastou em média uma maior percentagem dos recursos da educação, relativamente ao total da despesa pública e do PIB entre 2008 e 2017. Desde 2008, a média do Sector da Educação de Moçambique foi de 19,3 por cento do total da despesa do governo (ou 22,1 por cento da despesa total do governo menos as operações financeiras e o serviço da dívida), enquanto os países de baixa renda (LIC) e os Países da África Subsaariana (ASS) apresentaram uma média de 16,7 por cento. Relativamente ao PIB, a média de Moçambique foi de 6,3 por cento comparativamente a 3,9 por cento para os LIC e 4,3 por cento para os ASS.

### Orçamento do Ensino Geral versus do Ensino Superior

No decurso da década passada, o ensino geral registou uma média de 85 por cento e o ensino superior uma média de 15 por cento

do total do orçamento da educação (ver a Figura #3). Entre 2008 e 2017, o Ensino Geral e o Ensino Superior valiam uma média de 85 por cento e 15 por cento do total da execução do Sector da Educação, respectivamente. Embora se tenha registado alguma variação no peso do sub-sector ao longo do tempo, este peso não diferiu em mais de 3 pontos percentuais da média. Em 2018, o rácio Ensino Geral - Superior está orçamentado em 82 - 18 por cento do total do orçamento do sector.

FIGURA 3 Orçamento do Ensino Geral e Ensino Superior



Fonte: Compilação do autor da CGE 2008-2016; do REO IV 2017; da LOE 2018. Nota (\*) No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2017 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é possível que o total da despesa seja ligeiramente maior do que o apresentado. (\*\*) As percentagens de 2018 são dotações iniciais do orçamento, enquanto as de 2008-2017 referem-se à despesa.

**Em termos nominais, quer o ensino geral quer o superior aumentaram na última década. Em termos reais, o ensino superior aumentou ligeiramente desde 2008 e o ensino geral reduziu a partir de 2015.** Entre 2008 e 2017, os gastos do Ensino Geral mais do que triplicaram, aumentando de MT 13,2 mil milhões em 2008 para MT 44,6 mil milhões em 2017. Em 2018, prevê-se que o orçamento do Ensino Geral seja de MT 42,5 mil milhões, valor que representa uma ligeira redução relativamente à despesa de 2017. Em termos reais, a execução do Ensino Geral aumentou em aproximadamente 75 por cento entre 2008 e 2017, mas tem estado a reduzir desde 2015. A execução do Ensino Superior aumentou de MT 1,9 mil milhões em 2008 para MT 6,9 em 2017, estando previsto que receba do orçamento o valor de MT 9,6 milhões em 2018. Em termos reais, a execução do Ensino Superior quase que duplicou durante o mesmo período. A execução do MCTESTP revelou um aumento considerável na última década, tanto em termos nominais como reais.



## De Onde Provêm os Recursos do Sector da Educação?

O Sector da Educação em Moçambique é financiado por recursos internos (isto é, nacionais) e externos (isto é, estrangeiros). Os recursos internos são mobilizados a nível nacional através da cobrança de impostos, tarifas, direitos e crédito interno e até 2015, foram complementados pelo Apoio Geral ao Orçamento (AGO), que são subsídios não reservados mas condicionados ao Orçamento do Estado disponibilizados por um grupo de parceiros de desenvolvimento. Por outro lado, os recursos externos são constituídos por ajuda externa fora do AGO, doações e crédito externo.

Os recursos externos aplicados ao Ensino Geral enquadram-se em duas categorias: (a) “contribuições do FASE”, que é o financiamento proveniente dos parceiros de desenvolvimento destinado ao Fundo Comum da Educação (Fundo de Apoio ao Sector de Educação – FASE) de vários doadores e (b) “Fundos de Projectos Bilaterais”, que são todas as outras subvenções e créditos dos parceiros não canalizados através do FASE. Os recursos do FASE são categorizados como investimento estrangeiro; no entanto, são geridos pelo MINEDH com recurso a procedimentos estabelecidos a nível nacional: são inscritos no orçamento, canalizados através da CUT, seguem a política de aquisições do governo, mas estão sujeitos a auditoria externa. Por outro lado, os recursos externos aplicados ao Ensino Superior são especificamente fundos de projectos bilaterais, já que o MCTESTP não opera nenhum fundo comum.

Os fundos de projectos bilaterais devem ser coordenados entre o doador e o MINEDH/MCTESTP e aplicados através de uma variedade de modalidades, nomeadamente: (i) apoio directo ao governo, com implementação apenas pelo governo, ou conjunta parceiro-governo, muitas vezes “Dentro do Orçamento, Dentro da CUT”; (ii) implementação por parceiros ou terceiros, muitas vezes “Dentro do Orçamento, Fora da CUT”; ou (iii) implementação por parceiros ou terceiros mas “Fora do Orçamento”. Um desafio enfrentado pelo MINEDH/MCTESTP é a prestação de contas inconsistente e incompleta por parte dos doadores e organizações de implementação da sua orçamentação e despesas em

## A despesa do MINEDH reduziu em termos reais na última década.

A referida redução deve-se a duas razões principais: (i) a desagregação dos orçamentos de outras instituições do Sector da Educação do próprio orçamento do MINEDH e (ii) a redução registada no financiamento dos doadores externos ao sector, em particular ao nível central, que é habitualmente canalizado através do Ministério. No que diz respeito à segunda razão, é importante salientar que isto não implica necessariamente que os doadores reduziram o financiamento ao sector num valor igual à redução registada no financiamento externo ao MINEDH; antes pelo contrário, após a divulgação das dívidas ocultas, os doadores têm estado recentemente a utilizar modalidades de financiamento alternativas (por exemplo, o apoio unilateral às ONG) que não estão inscritas no orçamento do MINEDH e não são canalizadas através da conta única do tesouro (CUT).

projectos bilaterais que estão Fora da CUT e Fora do Orçamento. Como forma de garantir uma maior coordenação, a não duplicação de esforços e uma melhor análise da execução e orçamentação do sector, todos os intervenientes da educação devem comunicar as finanças e os projectos da educação ao ministério relevante.

No Sector da Educação, os recursos são orçamentados com uma periodicidade quinquenal através do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) de acordo com as prioridades definidas no PEE e no Plano Operacional; posteriormente são re-orçamentados nas propostas orçamentais do sector para um único ano, em conformidade com o PES proposto. A proposta de orçamento da educação e a secção da proposta do PES referente à educação são posteriormente negociadas com o Conselho de Ministros e o Ministério da Economia e Finanças (MEF) antes de serem submetidas ao Parlamento. O Parlamento aprova os recursos do Sector da Educação como parte da sua aprovação do Orçamento do Estado; depois disso, as instituições do sector utilizam os recursos de acordo com o seu Plano de Actividades (PdA) anual.



## Recursos Obtidos Internamente versus Externamente

O Apoio Geral ao Orçamento, que ao longo dos anos era uma fonte consistente de financiamento aos sectores prioritários – incluindo a educação – continua suspenso em 2018. Antes de 2016, altura em que o AGO foi suspenso em resposta às dívidas ocultas do país, as contribuições do AGO para o Orçamento do Estado foram superiores a MT 10 mil milhões. A suspensão deixou um défice nos recursos orçamentais nos últimos anos que o governo preencheu parcialmente com um maior endividamento. Esta suspensão mantém-se em 2018<sup>8</sup>.

Entre 2008 e 2015, Moçambique aumentou, de forma constante, a percentagem do financiamento interno ao Sector da Educação, dando sinais de uma maior auto-suficiência do Sector da Educação; todavia, a partir de 2015, a percentagem de recursos internos reduziu, incluindo no orçamento de 2018 (ver a Figura #4A e B).

Embora os recursos internos destinados ao Sector da Educação tenham aumentado de 70 por cento em 2008 para 91 por cento em 2015, a percentagem reduziu ao longo dos últimos três anos em resultado de um maior financiamento dos doadores externos ao nível provincial e

distrital. O rácio de recursos internos-externos foi de 87-13 por cento, de acordo com os totais da despesa de 2017, e está orçamentado em 86-14 por cento no orçamento do sector para 2018. É de realçar que a percentagem interna deveria ser maior entre 2016 e o presente ano se não tivesse havido depreciação da moeda nacional em relação à moeda dos doadores. Com efeito, em termos reais, os recursos internos aumentaram em 120 por cento entre 2008 e 2017, enquanto os recursos externos reduziram em 26 por cento durante o mesmo período. Embora os doadores tenham progressivamente contribuído menos na sua própria moeda, foi mais em termos de moeda moçambicana devido à sua depreciação (ou seja, uma doação de US\$ 1 em 2008 valia cerca de MT 24, enquanto que vale cerca de MT 60 em 2018).

O Sector da Educação recebe uma maior percentagem dos recursos internos do que o Orçamento do Estado. O orçamento do Sector da Educação de 2018 depende em 86 por cento de recursos internos e 14 por cento de recursos externos. Em 2018, a porção de recursos internos destinados ao Sector da Educação é 6 pontos percentuais mais elevada do que a do financiamento interno a todo o Orçamento do Estado<sup>9</sup>.

**FIGURA 4A e B** Provisão de recursos internos versus externos



Fonte: Cálculos do autor da CGE 2008-2016; REO IV 2017; LOE 2018: Quadro "Equilíbrio Orçamental".

Nota: A percentagem foi calculada a partir de todo o Orçamento do Estado, incluindo as operações financeiras e o serviço da dívida. A parte da educação representa todo o Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). (\*) No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2017 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é possível que o total da despesa seja ligeiramente maior do que o apresentado. (\*\*) As percentagens de 2018 são dotações iniciais do orçamento, enquanto as de 2008-2017 referem-se à despesa.

## Fundo de Apoio ao Sector de Educação (FASE)

Prevê-se que o FASE contribua em cerca de MT 4 mil milhões para o Sector da Educação em 2018 (ver a Figura #5). Isto representa

uma redução de 48 por cento relativamente aos compromissos do FASE 2017, mas uma redução de 18 por cento em comparação com o total dos desembolsos do ano transacto<sup>10</sup>. Não obstante, a dotação do FASE 2018 está aproximadamente a par da média dos compromissos e desembolsos dos últimos dez anos. Com efeito, ao longo dos últimos dez anos, a média dos compromissos do FASE foi de MT 4,6 mil milhões, enquanto a média real dos desembolsos foi de MT 3,6 mil milhões. Com o FASE, os desembolsos dos doadores raramente corresponderam aos compromissos durante a última década, facto que prejudica a capacidade

de o Sector da Educação planificar efectivamente quando não recebe todos os recursos.

Em 2018, os maiores compromissos do FASE são provenientes do Banco Mundial, seguido da Embaixada da Alemanha e da Embaixada da Finlândia. Em 2018, o Banco Mundial atribuiu US\$ 60.900.000 ao FASE no orçamento do presente ano, a Alemanha atribuiu US\$ 15.960.000 e a Finlândia US\$ 9.120.000. Outros parceiros de desenvolvimento que participam no fundo comum do sector neste ano são a Embaixada da Irlanda; Canadá; Itália, UNICEF e Portugal<sup>11</sup>.

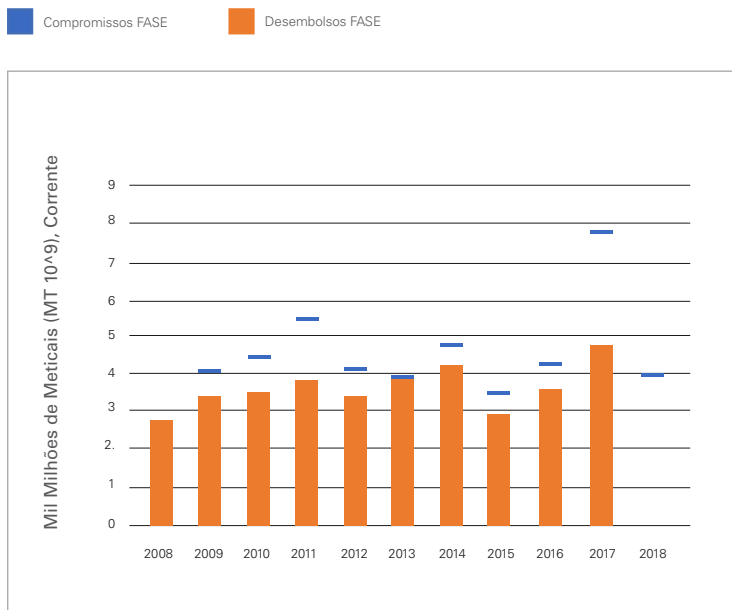
8. Ver: LOE 2018. Documento da Fundamentação. Página 22.

9. Cálculos do autor a partir da LOE 2018. Documento da Fundamentação.

10. É de salientar que os valores elevados registados em 2017 para a reserva e o desembolso não se deveram necessariamente a um maior financiamento ao FASE, mas sim aos dividendos cambiais devido à depreciação do metical (ou seja, em termos da moeda dos doadores, os desembolsos não chegaram a aumentar).

11. MINEDH, Relatório de Execução Orçamental referente aos primeiros 7 meses de actividades – Janeiro a Julho de 2018, Página 23.

**FIGURA 5A** Compromissos e desembolsos do FASE



Fonte: Cálculos do autor da CGE 2008-2016; REO IV 2017; LOE 2018.



## Como São Gastos os Recursos do Sector da Educação?

O Ministério da Economia e Finanças faz a dotação inicial através da CUT a cada instituição de ensino da Unidade de Gestão de Beneficiários e posteriormente actualiza a dotação com base nas taxas de Execução do Orçamento e nos recursos disponíveis (dotação actualizada). As instituições controlam a execução através do e-SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), que disponibiliza relatórios de Execução do Orçamento (REO) trimestralmente e a Conta Geral do Estado (CGE) anualmente. A maneira como o orçamento da educação 2018 será gasto pode ser analisada das três perspectivas seguintes:

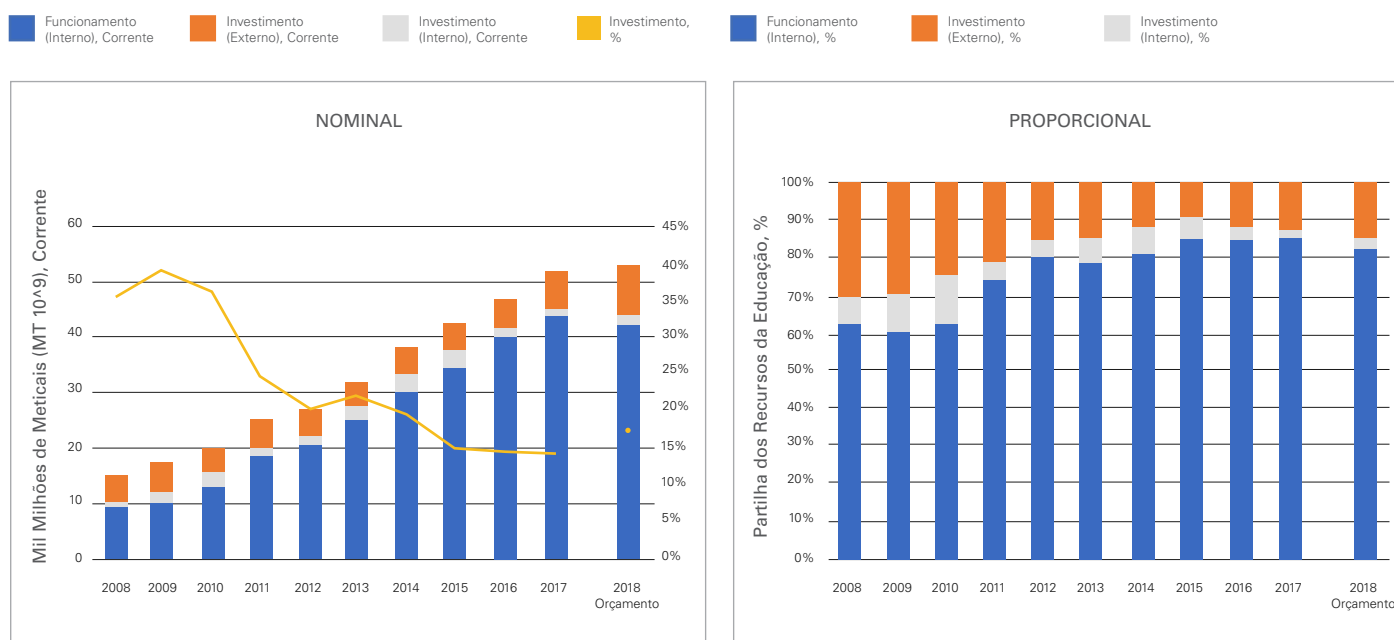
### Despesa Corrente vs. de Investimento

O Orçamento do Estado reporta a despesa dividindo-a em duas categorias diferentes: Despesa Corrente e de Investimento. A despesa corrente é o conjunto de recursos utilizados para manter operacional um sistema ou instituição e inclui os gastos com salários / remunerações, bens e serviços, custos de operação, transferências e operações financeiras. O investimento (ou seja, os gastos de capital) descreve a despesa destinada a melhorar a produtividade e a eficiência a longo prazo do Sector (designadamente a construção de escolas, bibliotecas, mais salas de aula, etc.). A despesa corrente é exclusivamente financiada através dos recursos internos, enquanto o investimento é financiado interna e externamente. Deve-se notar que em Moçambique, todo o financiamento externo é registado no orçamento como “investimento externo” quando, de facto, pode ter uma parte destinada a funções correntes. Como forma de melhorar a compreensão e a transparência dos níveis de investimento na educação e noutros sectores prioritários,

é importante que o MEF comece a acompanhar o aspecto corrente dos projectos financiados externamente no e-SISTAFE.

**Uma vez que a despesa corrente aumentou em termos nominais e reais, o rácio investimento-corrente reduziu de cerca de 40%:60% há uma década para cerca de 17%:83% actualmente (ver a Figura #6A e B).** Em 2018, a despesa corrente do sector da Educação está orçamentada em MT 43,3 mil milhões e o investimento está orçamentado em MT 8,8 mil milhões em termos nominais. Entre 2008 e 2018, a despesa corrente aumentou em mais de 300 por cento em termos nominais e em mais de 100 por cento em termos reais. Durante o mesmo período, a despesa de investimento aumentou 60 por cento em termos nominais, mas reduziu 20 por cento em termos reais. Em termos proporcionais, 83 por cento dos recursos em 2018 foram orçamentados para fins de despesa corrente e 17 por cento para efeitos de investimento. Dos 17 por cento destinados ao investimento, o investimento interno representa 3 por cento, enquanto o externo representa 14 por cento. O investimento interno em 2018 é muito inferior aos 11 por cento observados em 2010 e o investimento externo de 2018 é muito inferior aos 30 por cento observados em 2008. Em suma, o peso proporcional do investimento reduziu apesar do crescimento nominal por duas razões principais: (i) o valor real do financiamento ao investimento dos doadores reduziu e (ii) a parte destinada à despesa corrente está a crescer muito mais rapidamente do que a reservada ao investimento.

**FIGURE 6A e B** Recursos correntes versus de investimento



Fonte: Cálculos do autor da CGE 2008-2016, REO IV 2017, LOE 2018. Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial: Índice de Preços no Consumidor (2010 = 100). Ponto de dados ajustados pela inflação para 2017 com base no INE, "Índice de Preços no Consumidor, Dezembro de 2017" e ponto de dados para 2018 baseado na LOE 2018 Documento da Fundamentação.

Nota: Os números representam todo o Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). (\*) No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2017 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é possível que o total da despesa seja ligeiramente maior do que o apresentado. (\*\*) Os dados relativos a 2018 são dotações iniciais do orçamento, e não despesa.

## Investimento

O maior projecto de investimento do orçamento da educação em 2018, independentemente de ser financiamento interno / externo, é a compra do livro escolar (ver a Tabela #1). Ao desagregar em investimentos internos e externos, constata-se que (i) o maior projecto de investimento interno no orçamento da educação 2018 é a construção de salas de aula, seguido da compra de carteiras escolares. (ii) O maior projecto de investimento externo no orçamento da educação para 2018 é a aquisição do livro escolar, seguido da construção de salas de aula.

O FASE encontra-se a financiar dez projectos importantes da Educação, entre os quais o 'Livro Escolar' deverá receber a maior dotação orçamental. O FASE apoia os seguintes projectos a nível central, por ordem de peso do financiamento: 'Livro Escolar', projecto Piloto de Desenvolvimento da Primeira Infância; assistência técnica à avaliação e desenvolvimento; monitoria e desenvolvimento curricular; formação e capacitação de professores; materiais educacionais para o ensino secundário; materiais educacionais para a educação do adulto; construção e reabilitação de escolas secundárias e técnicas; combate e prevenção do HIV<sup>12</sup>. A nível distrital, o FASE apoia o Programa de Apoio Directo às Escolas (ADE) (ver a Tabela #1).

**TABELA 1** Maiores investimentos do Sector da Educação

Maiores Investimentos no Sector da Educação (Interno + Externo)				
Instituições	Actividade	Investimento Interno	Investimento Externo	Investimento Total
MINEDH	LIVRO ESCOLAR	-	1,021,197	1,021,197
MINEDM, MCTESP, DPEDHs, ISPs	CONSTRUCAO DE SALAS SE AULAS	269,133	746,656	1,015,789
UEM	DECENCIA, INVESTIGACAO E EXTENSAO	102,430	667,101	769,531
MCTESTP	PROJECTO DE ENSINO SUPERIOR - COMPONENTE DE	-	618,236	618,236
MCTESTP	PROGRAMA DE APOIO A REFORMA DO ENSINO TECNICO - PROFISSIONAL	-	426,900	426,900
MINEDH	APRENDER A LER (US A ID)	15,00	350,086	365,086

Fonte: Compilação do autor com base nos sectores económicos e sociais em 2018 - ficheiro do MEF.

12. Ibid, Página 25.



O programa Apoio Directo às Escolas (ADE) foi criado em 2003 com o objectivo principal de fornecer fundos directamente às escolas primárias do primeiro grau (EP1) para a compra de materiais básicos de aprendizagem, tais como lápis, canetas, cadernos e materiais de leitura adicionais. Em 2004, foi acrescentada uma componente de saúde e HIV/SIDA e um projecto de apoio a crianças órfãs e vulneráveis para evitar a exclusão dos alunos mais vulneráveis em distritos seleccionados. Actualmente, o programa abrange todas as escolas primárias públicas e a lista de materiais elegíveis que podem ser adquiridos com o financiamento do programa inclui, entre outros: materiais de ensino e aprendizagem; material administrativo; equipamento desportivo escolar, material de apoio para crianças desfavorecidas; material de higiene e limpeza para as escolas.

O Programa ADE representa o primeiro esforço do governo no sentido de descentralizar o financiamento à educação para o nível escolar. Esta ideia baseia-se no princípio de que as escolas conhecem melhor quais são as suas necessidades individuais em comparação com o Ministério que, por vezes, está localizado a milhares de quilómetros de distância. Também se baseia na teoria de que o sector pode conseguir uma maior eficiência, eficácia e economia ao descentralizar a planificação e a autoridade para efectuar gastos para mais perto do beneficiário final: os alunos. Os fundos do ADE devem ser geridos pelo director e funcionários da escola, em associação com os conselhos de escola; os gastos são supervisionados pelas unidades de inspecção escolar dos SDEJT.

O valor do programa ADE está estimado em MT 760 milhões em 2018. Este valor corresponde à dotação e desembolso do ADE 2017 e é cerca de 200 milhões mais elevado do que os desembolsos efectuados em 2015 e 2016. A dotação de 2018 também representa um aumento de 30 por cento em relação a 2015. Não obstante, não se registou uma grande variação nas percentagens do ADE da execução total da Educação e na execução do sector ao nível distrital, que estiveram próximos de suas respectivas médias dos últimos anos. Desde 2015, os desembolsos do ADE representam uma média de 1,4 por cento do total do orçamento do Sector de Educação e 2,3 por cento da execução do sector ao nível distrital (ou seja, SDEJT). A fim de maximizar os benefícios da abordagem de apoio às escolas, o Sector da Educação deve continuar a priorizar o fortalecimento da governação local ao nível das escolas através dos conselhos de escola. Esta medida contribuirá para melhorar a participação da comunidade, a transparência e a responsabilização pelos recursos da escola. Da mesma forma, a inspecção escolar deve ser melhorada, a fim de garantir que tais recursos sejam utilizados no seu potencial e que não sejam mal administrados. O fortalecimento desses sistemas locais contribuirá para garantir que os recursos do ADE atinjam o objectivo para o qual se destinam: impulsionar os resultados ao nível das escolas, atendendo às necessidades desse nível.





## Corrente

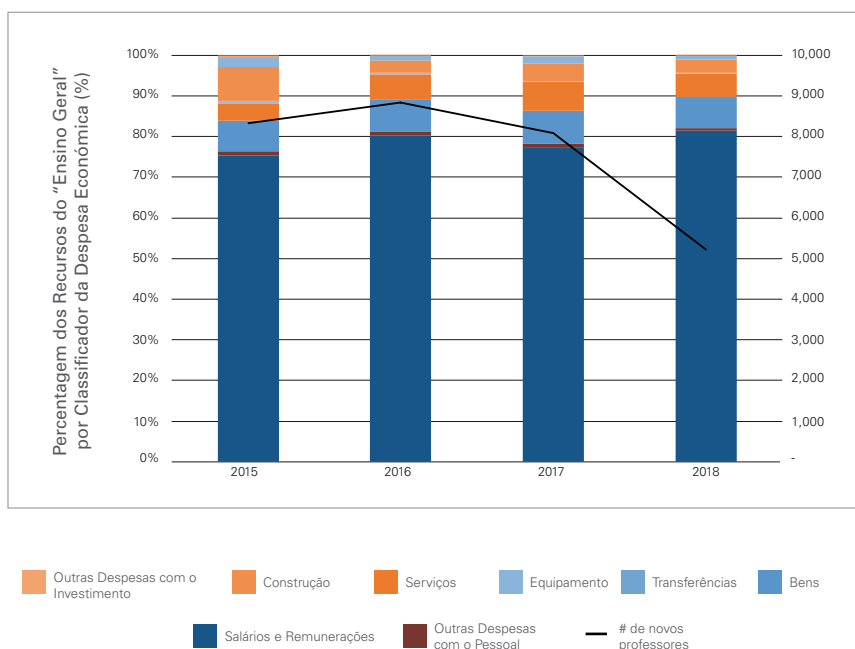
**Os salários e remunerações constituem a maior percentagem da despesa corrente e o total da execução da educação (ver a Figura #7).**

Entre 2015 e 2017, a média de salários e remunerações foi de 78 por cento do total da execução do sector. Em 2018, os salários e remunerações foram orçamentados em 81 por cento dos recursos da educação, o que representa a maior percentagem dos últimos anos. Deve-se notar que é normal que os salários representem a maior percentagem do orçamento do Sector da Educação em todo o mundo. Porém, o que é preocupante é que o crescimento dos salários e remunerações tem estado a excluir o investimento no sector, conforme comprovado pelo rácio investimento por despesa corrente da última década.

**O número de novos professores contratados em 2018 está abaixo da média dos anos anteriores.**

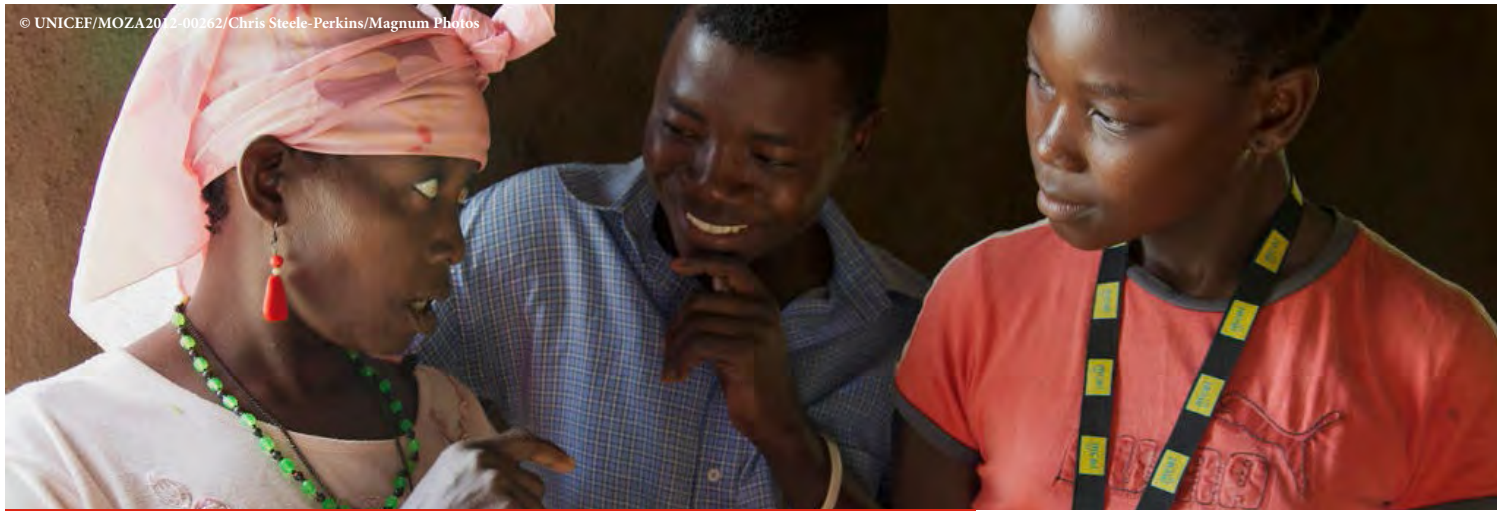
Enquanto eram contratados todos os anos nos últimos anos uma média de 8.400 novos professores, de acordo com o Plano de Actividades 2018 para o Sector de Educação, apenas 5.213 novos professores serão contratados em 2018. Este número representa uma redução de 35 por cento em relação às novas contratações de 2017. Esta redução foi parte do esforço no sentido de conter os gastos com o pessoal; no entanto, sem conhecer as taxas de desistências do professor, é difícil conhecer o impacto orçamental de tal medida. Não obstante, também é importante notar que há muito tempo que reduzir o rácio aluno-professor é um objectivo do sector, e cortar as contratações de professores dificultará a realização do objectivo.

**FIGURA 7** Percentagem de recursos por categoria de classificação económica



Fonte: Compilação do autor do MINEDH, PdA 2017 e PdA 2018.

Nota: As percentagens baseiam-se apenas no segmento do "Ensino Geral" do orçamento do Sector da Educação. Todas as percentagens apresentadas para 2015-2018 representam valores orçamentados, e não despesa.



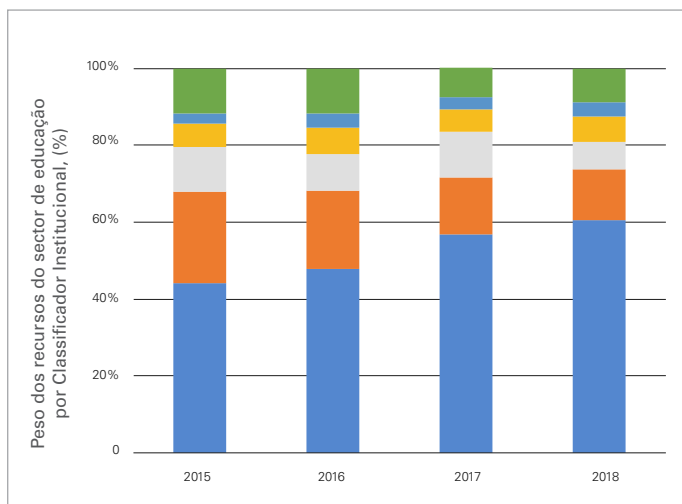
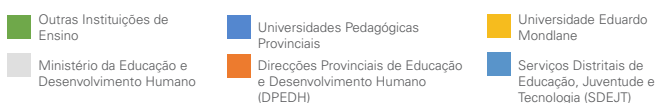
### Despesa por Instituição de Ensino

A parte do financiamento destinada aos serviços distritais de educação (SDEJT) aumentou em detrimento do MINEDH e das direcções provinciais (DPEDH) (ver a Figura #8). A parcela de recursos do Ensino Geral dedicada aos SDEJT, que representam o Ministério ao nível distrital, aumentou de 44 por cento em 2015 para 60 por cento no orçamento de 2018. Entretanto, ao longo do mesmo período de tempo, a parte dos recursos do sector alocada às DPEDH diminuiu de 24 por cento para 13 por cento e a parte dos recursos alocados ao MINEDH diminuiu de 12 por cento para 7 por cento. Dados referentes à despesa indicam que nos últimos três anos, a descentralização ocorreu dos níveis central e provincial para o nível distrital.

### Despesa por Área Funcional

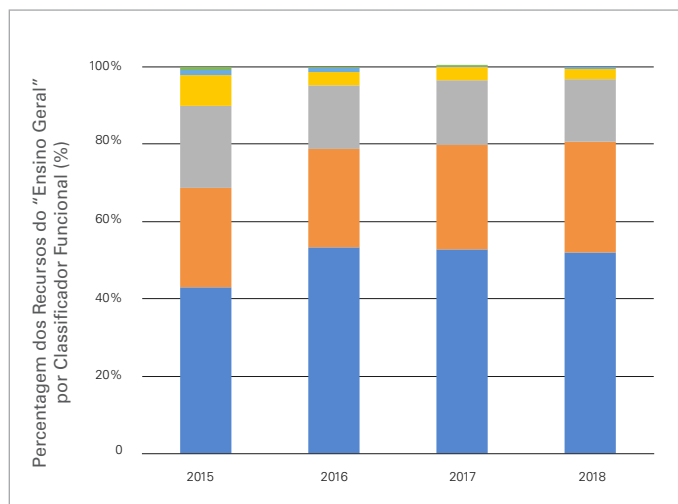
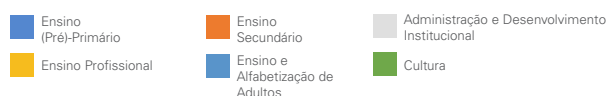
A maior parte dos recursos destinados ao sector da educação é gasta no ensino primário, seguido pelo ensino secundário (ver a Figura # 9). Entre 2015 e 2018, o Ensino Primário (incluindo a pré-primária) recebeu, em média, metade do total de recursos destinados ao Ensino Geral; segue-se o Ensino Secundário, que recebeu, em média, um quarto do total de recursos. A terceira maior categoria de execução foi a Administração e Desenvolvimento Institucional, cuja média foi de cerca de um quinto do total de recursos do Ensino Geral.

**FIGURA 8** Distribuição de recursos por instituição



Fonte: Cálculos do autor, a partir da CGE 2015-2016, 2017 REO IV, e da LOE 2018.  
Nota: O peso é baseado apenas no "Ensino Geral".

**FIGURA 9** Percentagem de recursos por área funcional



Fonte: MINEDH, PdA 2015 - 2018  
Nota: As percentagens baseiam-se apenas no segmento do "Ensino Geral" do orçamento do Sector da Educação. Todas as percentagens apresentadas para 2015-2018 representam valores orçamentados, e não despesa.

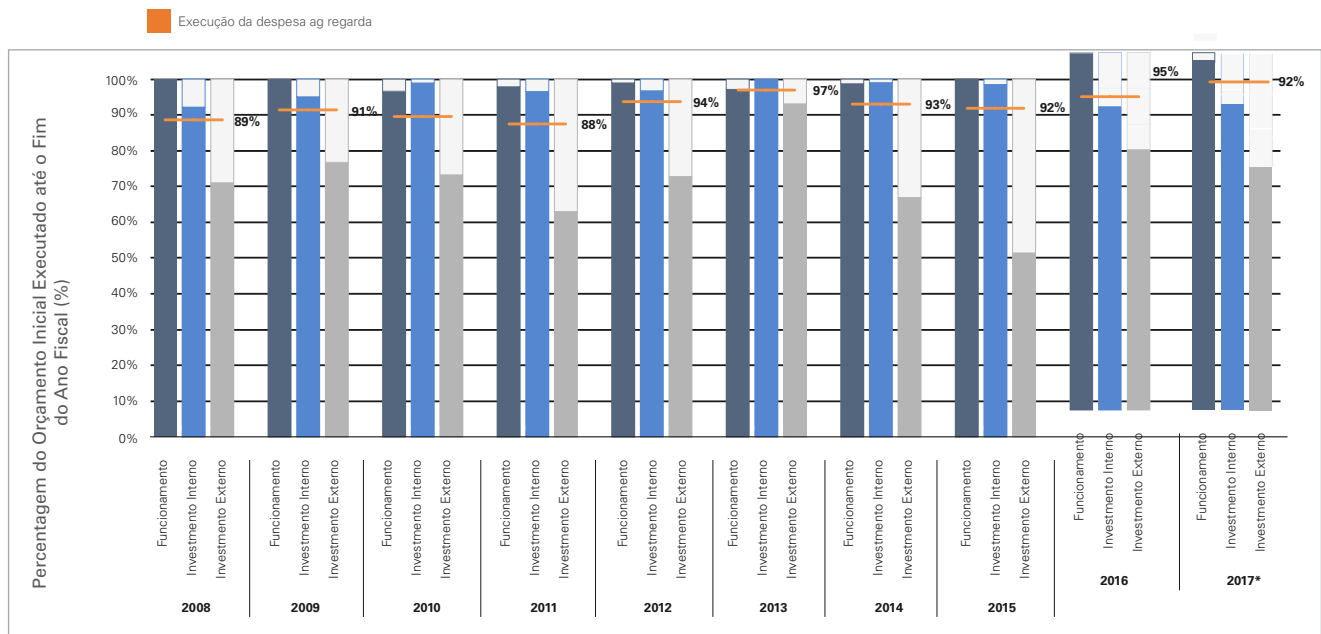


## Qual foi o grau de execução dos orçamentos anteriores pelo Sector da Educação?

O Sector da Educação executou, em média, 92 por cento do orçamento; no entanto, a taxa de execução agregada seria maior se as taxas de execução referentes ao investimento externo fossem maiores (ver a Figura #10). Entre 2008 e 2017, a taxa média de execução do sector da educação foi de 92 por cento. Este valor está acima da taxa média de execução do Orçamento Geral do Estado. Em 2017, o sector executou provisoriamente 92 por cento do seu orçamento, o que se for confirmado com a divulgação da CGE 2017, representa uma redução de 3 pontos percentuais em relação à taxa de execução de 2016. Os recursos internos e externos do Sector da Educação variam muito nas suas taxas de execução: a despesa corrente (ou seja, internos) registou uma média de 99 por cento; o investimento interno foi, em média, de 93 por cento e o investimento externo foi, em média, de 71 por cento. A taxa de execução agregada seria maior se a execução fosse maior para o investimento externo.

Tanto o MINEDH como o MCTESTP executam uma percentagem relativamente baixa do seu orçamento. Tal deve-se principalmente à fraca execução das componentes dos seus orçamentos financiadas externamente (ver a Figura #11). Nos últimos três anos, o MINEDH e o MCTESTP executaram 73 por cento e 53 por cento dos seus recursos, respectivamente. Embora estas percentagens sejam baixas em comparação com a taxa de execução agregada do Sector da Educação para os mesmos anos (ou seja, 93 por cento), registou-se uma melhoria na execução ao longo do tempo. Com efeito, a taxa de execução do MINEDH aumentou de 69 por cento em 2015 para 79 por cento no ano passado. A taxa de execução do MCTESTP mais do que triplicou entre 2015 e 2017.

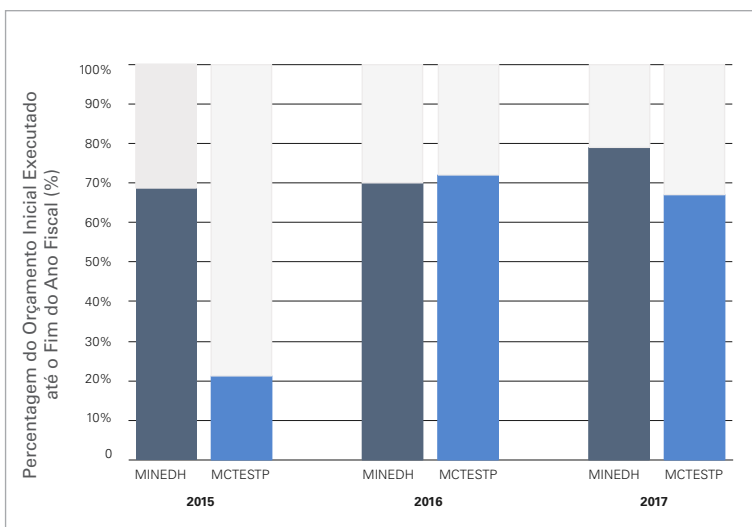
**FIGURA 10** Execução do Orçamento por categoria de execução



Fonte: Cálculos do autor da CGE 2008-2016 e do REO IV 2017.

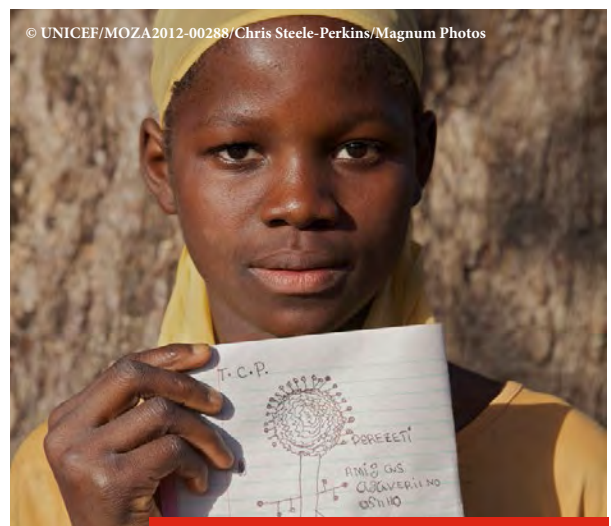
Nota: A Figura representa todo o Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). (\*) No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2017 ainda não tinha sido finalizada; é possível que a taxa de execução seja ligeiramente maior do que o apresentado.

**FIGURA 11** Taxas de execução do MINEDH e MCTESTP



Fonte: Cálculos do autor da CGE 2008-2016 e do REO IV 2017.

Nota: A Figura representa todo o Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2017 ainda não tinha sido finalizada; é possível que a taxa de execução seja ligeiramente maior do que o apresentado.





## Qual foi o Desempenho do Sector da Educação?

### Realizações da Educação

**O Sector da Educação em Moçambique cumpriu ou esteve perto de cumprir os marcos planeados do PQG e as metas do PES para 2017 (ver a Tabela #2).** No entanto, para permitir a realização dos objectivos gerais do PQG de 2019, certas actividades terão de ser priorizadas. Merecem particular atenção as seguintes: (i) novas contratações de professores, que foram reduzidas no Orçamento de 2018 em relação aos anos anteriores; (ii) carteiras escolares; (iii) e bolsas do ensino secundário.

### Resultados da Educação

**Ao longo da última década e meia, Moçambique demonstrou uma melhoria considerável nos principais resultados da educação; no entanto, ainda tem um longo caminho a percorrer para atingir os seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ver a Tabela #3).**

As correlações entre o aumento da execução no ensino primário, o aumento dos ingressos no ensino primário, mas a redução da conclusão do ensino primário, sugerem que a despesa da educação contribuiu para o ingresso de alunos, mas não para a sua retenção. No que diz respeito ao ensino secundário, as taxas de ingresso e conclusão de Moçambique melhoraram mais ao longo do tempo do que as dos seus pares dos LIC

e da ASS; não obstante, Moçambique ainda se situa a mais do que 10 pontos percentuais dos seus pares no que tange os ingressos no ensino secundário, e mais de 15 por cento relativamente à conclusão do ensino secundário.

**O absentismo e a fraca capacidade dos professores são dois factores importantes que dificultam o desempenho educacional em Moçambique.** Os Indicadores de Prestação de Serviços para a Educação de Moçambique, do Banco Mundial (2015), apontaram o absentismo e a fraca capacidade como as principais ameaças ao alcance dos resultados da educação. O estudo reporta que em visitas não anunciadas às escolas, não estava presente uma média de 56 por cento dos estudantes; 45 por cento dos professores da escola não estavam presentes na sala de aula; e 44 por cento dos directores de escolas não estavam na escola. Ao testar os professores sobre o currículo escolar que eram responsáveis por ensinar, o estudo constatou que apenas 1 por cento dos professores tinha pontuação acima de 80% e a pontuação média foi de apenas 29 por cento. Estas questões devem ser resolvidas para garantir que o desempenho de Moçambique seja equiparável ao dos seus pares.

**TABELA 2** Realizações do Sector da Educação

Indicador de Resultados do PQG	Indicador de Realizações do PQG		Linha de Base 2014	Objectivo 2019	Meta Actualizada 2017	Meta 2018	Resultado 2017	2015 + 2016 + 2017 Total	Orçamento 2018	
Nº de novos professores do ensino primário contratados		MINED	46,849	42,500	8,106	7,000	8,085	24,446	5,213	
Rácio Alunos-Professores no 1ª Classe do Ensino Primário		MINED	62.0	57.0	60.0	58.0	59.9	60	59.0	
Taxa de ingressos no Ensino Primário (6 anos na 1ª classe). Sexo fem. e masculino		MINED	81.5%	86.0%	86.5%	85.0%	83.9%	1	85.0%	
Número de carteiras escolares adquiridas e distribuídas		MINED	200,000	700,000	60,325	177,929	62,249	213,224	65,608	
Número de bolsas de estudo para		MINED	Indicador não consta na versão original do PQG 2015-2019		300		569	Dados insuficientes	1,422	
Número de instrutores de alfabetização contratados		MINED	Indicador não consta na versão original do PQG 2015-2019		19,000		10,629	Dados insuficientes	10,421	
Número de livros escolares impressos e distribuídos		MINED	Indicador não consta na versão original do PQG 2015-2019		13,776,000		15,457,475	Dados insuficientes	13,783,700	
Número de investigadores e professores moçambicanos formados a nível de Mestrado e Doutoramento		MCTESTP	1.600 (1.200 Mestrado, 400 Doutoramento)	3.300 (2.500 Mestrado, 400 Doutoramento)	70	250	346	987		
	Número de bolsas de pós-graduação	MCTESTP	Indicador não consta na versão original de		375	50	70	186	385	50
	Número de bolsas de pós-graduação	MCTESTP	Indicador não consta na versão original de		993	20	180	135	577	100

Fonte: Compilação do autor do PES 2018 Proposta, Balanço do PES 2015, Balanço do PES 2017 e Balanço Intermédio do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

TABELA 3

Resultados do Sector da Educação

Ingressos no ensino primário	2000	2005	2010	2014	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Moçambique	55%	72%	87%	88%		100%	
LIC	54%	69%	77%	80%			
ASS	60%	69%	74%	78%			
Conclusão do ensino primário	2000	2005	2010	2015	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Moçambique	16%	40%	56%	48%		100%	
LIC	43%	54%	65%	66%			
ASS	54%	61%	68%	69%			
Ingressos no ensino secundário	2000	2005	2010	2014	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Moçambique	2%	4%	12%	16%		100%	
LIC	15%	21%	26%	28%			
ASS	15%	20%	25%	27%			
Conclusão do ensino secundário	2000	2005	2010	2015	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Moçambique	4%	10%	20%	22%		100%	
LIC	22%	26%	34%	37%			
ASS	28%	32%	39%	42%			

Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial: Taxa líquida de ingressos, ensino primário, ambos os sexos (%); Taxa líquida de ingressos, ensino secundário, ambos os sexos (%); Taxa de conclusão do Ensino Primário, total (% da faixa etária relevante); Taxa de conclusão do 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral, total (% da faixa etária relevante); Rácio bruto de ingressos, terciário (% líquido), Taxa de alfabetização do adulto, população 15+ anos (%).

Nota: LIC e SSA são as médias dos Países de Baixa Renda e da África Subsaariana, respectivamente. Não estão disponíveis dados para todos os anos.



## Até que Ponto o Orçamento da Educação é Equitativo?

Persistem em todas as províncias grandes diferenças no financiamento por aluno. As províncias do norte, nomeadamente Zambézia, Nampula e Tete, são as menos financiadas per capita, enquanto a Cidade de Maputo é a que beneficia de níveis mais elevados de financiamento (ver a Figura 12A, B e C). Os dados do Plano de Actividades (PdA) do MINEDH e do Orçamento do Estado mostram que as dotações para as províncias destinadas à educação referentes a 2018 são desiguais. De acordo com os dados do PdA (que desagregam os recursos por nível de ensino), a dotação por aluno do ensino primário em 2018 é de MT 171 na Zambézia, mas é de MT 4.821

na Cidade de Maputo; e a dotação por aluno do ensino secundário é de MT 20 na Zambézia, mas é de MT 6.940 na Cidade de Maputo. Com base nos dados do Orçamento do Estado (que incluem todos os recursos do Sector da Educação em todos os níveis de ensino), a dotação de 2018 por aluno é de MT 4.166 na Zambézia e de MT 7.298 na Cidade de Maputo. Grande parte desta lacuna reflecte o tamanho diferente do sistema de ensino em várias províncias. O sector deve, portanto, utilizar os recursos de investimento para garantir dimensões proporcionais do sistema em relação ao número de alunos para colmatar a lacuna em termos de igualdade no financiamento por aluno<sup>13</sup>.

FIGURA 12 A &amp; B

Equidade por distribuição espacial

Orçamento do PdA para o Ensino Primário



Orçamento do PdA para o Ensino Secundário



Fonte: Cálculos do autor do PdA 2018 MINEDH e da LOE 2018.

13. Para mais informações, favor consultar o Informe Orçamental da Educação 2017.

# GLOSSÁRIO DE TERMOS ORÇAMENTAIS

## **Dotação Inicial**

A primeira dotação de fundos aprovada pelo Parlamento

## **Dotação Rectificativa**

Uma dotação rectificativa de fundos aprovada pelo Parlamento

## **Dotação Actualizada**

O total de fundos colocados à disposição de uma determinada instituição de saúde

## **Despesa Realizada**

Fundos alocados gastos no investimento, serviços e produtos de saúde

## **Execução do Orçamento**

Percentagem de fundos alocados gastos do total da dotação

## **Valores Nominais / Correntes**

Números não corrigidos para efeitos de inflação

## **Valores Reais / Constantes**

Números corrigidos para efeitos de inflação

## ACRÓNIMOS

<b>ASS:</b>	África Subsaariana	<b>MT:</b>	Metical Moçambicano (Moeda Local)
<b>AGO:</b>	Apoio Geral ao Orçamento	<b>OE:</b>	Orçamento do Estado
<b>CGE:</b>	Conta Geral do Estado (Relatório Final do Orçamento)	<b>PdA</b>	Plano de Actividades
<b>CUT:</b>	Conta Única do Tesouro	<b>PEE:</b>	Plano Estratégico da Educação
<b>DPCT:</b>	Delegação Provincial de Ciência e Tecnologia	<b>PES:</b>	Plano Económico e Social
<b>DPEDH:</b>	Direcção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano	<b>PIB:</b>	Produto Interno Bruto
<b>ETP:</b>	Ensino Técnico Profissional	<b>PPP:</b>	Purchasing Power Parity – Paridade do Poder de Compra
<b>LIC:</b>	Low Income Country – País de Baixa Renda	<b>PQG:</b>	Plano Quinquenal do Governo
<b>LOE:</b>	Lei do Orçamento do Estado	<b>REO:</b>	Relatório de Execução do Orçamento do Estado (Relatório de Actualização do Orçamento)
<b>MCTESTP:</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	<b>SDEJT:</b>	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
<b>MINEDH:</b>	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	<b>UEM:</b>	Eduardo Mondlane Universidade
<b>m:</b>	Milhões	<b>UGB:</b>	Unidade de Gestão de Beneficiários
<b>MEF:</b>	Ministério da Economia e Finanças		